

**ENTRE GERAÇÕES: A REPETIÇÃO DE VÍNCULOS VIOLENTOS E SEUS EFEITOS NA SAÚDE MENTAL FEMININA.**

**BETWEEN GENERATIONS: THE REPETITION OF VIOLENT RELATIONSHIPS AND THEIR EFFECTS ON WOMEN'S MENTAL HEALTH**

**ENTRE GENERACIONES: LA REPETICIÓN DE VÍNCULOS VIOLENTOS Y SUS EFECTOS EN LA SALUD MENTAL FEMENINA.**

**Noelly Beatriz Romão de Santana Silva**

Centro Universitário da Vitória de Santo Antão- UNIVISA- Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil

Discente do Curso de Bacharelado em Psicologia

E-mail: [noelly.202128025@univisa.edu.br](mailto:noelly.202128025@univisa.edu.br)

**Allyne Evellyn Freitas Gomes**

Centro Universitário da Vitória de Santo Antão- UNIVISA- Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil

Mestre em Psicologia Cognitiva e Docente do Curso de Bacharelado em Psicologia

E-mail: [allyne.gomes@univisa.edu.br](mailto:allyne.gomes@univisa.edu.br)

**Emyly Kelly Dias de Souza**

Centro Universitário da Vitória de Santo Antão- UNIVISA- Vitória de Santo Antão, Pernambuco, Brasil

Discente do Curso de Bacharelado em Psicologia

E-mail: [emylysouzza@gmail.com](mailto:emylysouzza@gmail.com)

**Resumo**

Este estudo analisa as relações entre trauma transgeracional, repetição de vínculos violentos e seus efeitos na saúde mental de mulheres. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em contribuições da psicanálise, psicologia e estudos contemporâneos sobre trauma. A análise evidencia que conteúdos psíquicos não elaborados podem ser transmitidos entre gerações, influenciando padrões relacionais e favorecendo a repetição de vínculos marcados pela violência. Observa-se que fatores como apego inseguro, identificação com modelos familiares e naturalização da violência contribuem para a manutenção desses ciclos. Além disso, tais experiências estão associadas ao desenvolvimento de sofrimento psíquico persistente, incluindo ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Conclui-se que a compreensão integrada dos aspectos psíquicos, relacionais e socioculturais é fundamental para o desenvolvimento de intervenções eficazes voltadas à ruptura desses padrões.

**Palavras-chave:** Trauma transgeracional; Violência contra a mulher; Saúde mental feminina; Violência conjugal; Transmissão psíquica.

## Abstract

This study analyzes the relationships between transgenerational trauma, repetition of violent bonds, and their effects on women's mental health. It is a qualitative bibliographical research study grounded in contributions from psychoanalysis, psychology, and contemporary trauma studies. The analysis shows that unprocessed psychic content can be transmitted between generations, influencing relational patterns and favoring the repetition of bonds marked by violence. Factors such as insecure attachment, identification with family models, and the normalization of violence contribute to the maintenance of these cycles. Furthermore, such experiences are associated with the development of persistent psychological suffering, including anxiety, depression, and post-traumatic stress disorder (PTSD). It concludes that an integrated understanding of psychic, relational, and sociocultural aspects is fundamental for the development of effective interventions aimed at breaking these patterns.

**Keywords:** Transgenerational trauma; Violence against women; Female mental health; Domestic violence; Psychic transmission.

## Resumen

Este estudio analiza las relaciones entre trauma transgeneracional, repetición de vínculos violentos y sus efectos en la salud mental de las mujeres. Se trata de una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo, basada en contribuciones de psicoanálisis, psicología y estudios contemporáneos sobre trauma. El análisis evidencia que contenidos psíquicos no elaborados pueden ser transmitidos entre generaciones, influyendo en patrones relacionales y favoreciendo la repetición de vínculos marcados por la violencia. Se observa que factores como apego inseguro, identificación con modelos familiares y naturalización de la violencia contribuyen a la permanencia de estos ciclos. Además, tales experiencias están asociadas con el desarrollo de sufrimiento psíquico persistente, incluyendo ansiedad, depresión y trastorno de estrés postraumático (TEPT). Se concluye que la comprensión integrada de los aspectos psíquicos, relacionales y socioculturales es fundamental para el desarrollo de intervenciones eficaces orientadas a ruptura de estos patrones.

**Palabras clave:** Trauma transgeneracional; Violencia contra la mujer; Salud mental femenina; Violencia conyugal; Transmisión psíquica.

## 1. Introdução

A violência nas relações afetivas constitui um fenômeno complexo, multifacetado e persistente, com impactos significativos na saúde mental de mulheres. Para além dos fatores sociais e culturais amplamente discutidos na literatura, observa-se que dinâmicas psíquicas desempenham papel central na repetição de vínculos violentos ao longo da vida. Nesse contexto, o conceito de trauma transgeracional emerge como um referencial teórico relevante para compreender como experiências traumáticas podem ser transmitidas entre

gerações, influenciando padrões relacionais, modos de subjetivação e escolhas afetivas (FAIMBERG, 2005; KAËS, 2001).

A compreensão contemporânea do trauma amplia essa perspectiva ao considerá-lo não apenas como resultado de eventos extremos, mas como um fenômeno relacional. Experiências de sofrimento emocional, muitas vezes naturalizadas em contextos familiares e sociais, contribuem para a constituição de padrões de adoecimento psíquico e físico. Nesse sentido, a adaptação a ambientes adversos pode levar à internalização de experiências traumáticas que se perpetuam ao longo da vida (GABOR, 2022).

O trauma transgeracional refere-se à transmissão psíquica de conteúdos não elaborados, frequentemente inconscientes, que atravessam gerações e se manifestam por meio de sintomas, repetições e padrões relacionais. Experiências traumáticas não simbolizadas podem ser transmitidas entre gerações sob a forma de marcas psíquicas que influenciam a constituição do sujeito (ABRAHAM; TOROK, 1995; VOLKAN, 2001).

A repetição de vínculos violentos pode ser compreendida à luz de mecanismos como a compulsão à repetição (FREUD, 1920/1996), além de padrões internalizados de apego e identificação. A exposição prévia à violência, especialmente no contexto familiar, contribui para sua naturalização, dificultando a ruptura desses ciclos (HERMAN, 1992; WALKER, 1979).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar as relações entre trauma transgeracional, repetição de vínculos violentos e seus efeitos na saúde mental de mulheres, buscando compreender seus fundamentos teóricos, identificar fatores psicológicos associados e discutir seus impactos psíquicos. Nesse contexto, a temática deste artigo torna-se relevante, uma vez que no Brasil, a violência contra a mulher configura-se como um fenômeno persistente e de elevada gravidade, cujos efeitos extrapolam o âmbito da segurança pública, alcançando dimensões relevantes para a saúde mental.

A criação do artigo 147-B do Código Penal, instituído pela Lei nº 14.188/2021, representa um importante avanço no enfrentamento da violência contra a mulher, ao reconhecer a violência psicológica como crime autônomo. Conforme destacado pelo TJDF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios), essa tipificação tornou-se necessária diante dos impactos emocionais e psíquicos provocados por práticas como ameaça, humilhação, manipulação e controle, ampliando a proteção jurídica às vítimas e conferindo maior visibilidade a formas de violência frequentemente invisibilizadas.

A expressiva incidência de feminicídios reforça a materialidade dessa problemática, segundo dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça, 2025) foram registrados 1.568 casos no ano de 2025, o que evidencia a continuidade e a letalidade dos ciclos de violência. Esse cenário empírico dialoga com a perspectiva teórica apresentada, ao indicar que a permanência de vínculos violentos não pode ser compreendida apenas por fatores externos, mas também por dinâmicas psíquicas e relacionais que dificultam a ruptura dessas relações. Observa-se que,

segundo o CNJ (2026), aproximadamente 13% das vítimas possuíam medidas protetivas vigentes, o que aponta para limitações na efetividade das estratégias institucionais de proteção, sobretudo no que se refere à sua implementação e monitoramento.

Por outro lado, a constatação de que mais de 85% das mulheres não acessaram tais dispositivos evidencia barreiras no ingresso e na permanência na rede de atendimento, aspecto que pode estar relacionado tanto a fatores estruturais quanto a processos subjetivos, como a naturalização da violência e a dificuldade de reconhecimento da situação vivenciada. Nessa perspectiva, embora se identifiquem fragilidades, observa-se uma ampliação significativa na concessão de medidas protetivas no país. Em 2025, foram concedidas mais de 940 mil medidas, ao passo que, apenas no período de janeiro a março de 2026 (CNJ, 2026), já se registraram aproximadamente 255 mil concessões, conforme dados do Conselho Nacional de Justiça. Esse crescimento sugere maior mobilização institucional e intensificação do acionamento do sistema de justiça por parte das vítimas.

Assim, a articulação entre dados empíricos e fundamentos teóricos reforça a necessidade de uma abordagem integrada que considere, simultaneamente, os aspectos psíquicos, relacionais e socioculturais implicados na manutenção e no enfrentamento da violência contra a mulher. Diante desse contexto, questiona-se de que forma o trauma transgeracional contribui para a repetição de vínculos violentos e para o sofrimento psíquico feminino. Parte-se da hipótese de que experiências traumáticas não elaboradas, associadas a fatores relacionais e socioculturais, podem favorecer a manutenção de padrões afetivos marcados pela violência ao longo das gerações.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 TRAUMA TRANSGERACIONAL E TRANSMISSÃO PSÍQUICA

O termo trauma, originado do grego e associado à ideia de “ferida”, possui utilização tradicional no campo da medicina, referindo-se a uma ruptura ou lesão produzida por uma ação violenta externa sobre o organismo. Trata-se, portanto, de um impacto capaz de provocar desorganização física e psíquica no sujeito. Nessa direção, Ferenczi (1932/1990, p. 125) afirma que “o choque é equivalente à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do si mesmo”. Desde as primeiras elaborações da psicanálise, influenciadas pela utilização da hipnose e pelo método catártico, mantém-se a herança do modelo médico que compreende o trauma como decorrência de um impacto externo sobre o organismo.

No plano psíquico, essa concepção destaca que a experiência traumática emerge de forma inesperada, ultrapassando a capacidade de preparação do sujeito. Diante disso, o indivíduo passa a ocupar a posição de testemunha de marcas internas que não puderam ser devidamente elaboradas. Nesse contexto, a

ab-reação surge como tentativa de acesso e descarga desses conteúdos, ainda que de modo parcial. Contudo, diante de um excesso de excitação que não encontra vias adequadas de simbolização, o psiquismo mobiliza mecanismos defensivos. Ainda assim, nem sempre consegue promover o escoamento dessa energia, o que contribui para a persistência dos efeitos traumáticos.

Assim, o traumatismo não se limita ao evento em si, mas diz respeito aos efeitos duradouros que esse excesso provoca no funcionamento psíquico (LAPLANCHE; PONTALIS, 1986). Trata-se de uma vivência que rompe a capacidade de representação, impedindo sua integração à cadeia simbólica. Conforme assinala Schneider (1993), aquilo que efetivamente produz o traumatismo não se limita à intensidade da experiência vivida, nem à ausência de experiência, mas ao fato de ela ocorrer sem possibilidades adequadas de elaboração psíquica e afetiva, isto é, no escuro representativo e no escuro afetivo (p. 26). Sob essa perspectiva, o trauma pode ser entendido como um fenômeno que interfere diretamente nos processos de constituição da subjetividade.

À luz dessa compreensão, o trauma pode ser entendido como um fenômeno que incide diretamente sobre a constituição subjetiva. Quando não elaborado, pode permanecer ativo no psiquismo, manifestando-se de forma indireta por meio de sintomas, repetições e padrões relacionais. Tal compreensão é ampliada por abordagens contemporâneas que destacam o caráter relacional do trauma, enfatizando que experiências precoces de desamparo ou falhas no cuidado podem produzir impactos persistentes na organização psíquica (GABOR, 2022).

Em consonância com essas formulações teóricas, destaca-se ainda a concepção de Ferenczi acerca do trauma desestruturante, a qual evidencia que o caráter desorganizador do traumático encontra-se vinculado ao encontro, ou desencontro, com um outro significativo (Amorim, 2023). Para Ferenczi, o caráter desestruturante do trauma não se encontra principalmente no evento em si, mas no desmentido que o acompanha. A ausência de reconhecimento, no tempo posterior à experiência, contribui para a desorganização do Eu e favorece a emergência de processos de clivagem. Nesse contexto, o não reconhecimento do vivido traumático pelo outro compromete a validação subjetiva, instaurando um descompasso entre afetos e significações que sustenta a clivagem como forma de defesa psíquica.

A noção de trauma transgeracional refere-se à transmissão psíquica de conteúdos não elaborados entre gerações. Esses conteúdos, frequentemente inconscientes, não são transmitidos apenas por meio de narrativas explícitas, mas também por silêncios, omissões e padrões de comportamento. Como destaca Kaës (1998), aquilo que não pôde ser simbolizado tende a ser transmitido sob a forma de lacunas, afetos não nomeados e experiências não elaboradas. Nesse contexto, Abraham e Torok (1995) introduzem a ideia de conteúdos encapsulados no psiquismo, que permanecem inacessíveis à simbolização e podem ser transmitidos entre gerações. Tais conteúdos constituem marcas psíquicas que influenciam os processos identificatórios e a constituição do sujeito, operando como elementos que atravessam a história familiar.

A transmissão transgeracional também pode ser compreendida como resultado de falhas nos processos de elaboração simbólica. Quando experiências traumáticas não são integradas à narrativa psíquica, permanecem como “restos” que se manifestam nas gerações seguintes (INGLEZ-MAZZARELLA, 2006). Esses restos traumáticos podem manifestar-se sob a forma de sintomas, repetições ou padrões relacionais disfuncionais.

Dessa forma, a experiência do trauma é aquela que pulveriza, fragmenta, estilhaça as condições integrativas da vida psíquica. A solução somática se apresenta no retorno da sensação física angustiante que acompanha a lembrança traumática. Para Ferenczi, a simbolização parte dos fenômenos do corpo, posto que este é a sede e o destino do símbolo (Ferenczi, 1913/2011). A angústia traumática sinaliza o medo da loucura (Ferenczi, 1934/2011) a clivagem constitui, portanto, uma defesa que, se não analisada, pode levar o sujeito ao que o psicanalista húngaro chamará de “progressão traumática”, um estado constante de repetição dos mecanismos de fragmentação da vida psíquica.

Além disso, estudos contemporâneos indicam que a transmissão do trauma pode envolver dimensões biológicas. Pesquisas no campo da epigenética sugerem que experiências adversas podem influenciar a expressão gênica, contribuindo para a perpetuação de vulnerabilidades ao longo das gerações (YEHUDA et al., 2016). Tal perspectiva amplia a compreensão do fenômeno ao integrar aspectos psíquicos e biológicos.

Dessa forma, o trauma transgeracional configura-se como um processo complexo, que envolve a articulação entre história familiar, processos inconscientes e condições socioculturais. Sua compreensão é fundamental para analisar a repetição de padrões relacionais, especialmente aqueles marcados pela violência.

A perspectiva proposta por Gabor contribui para ampliar a compreensão do trauma transgeracional ao enfatizar que o sofrimento psíquico não se restringe a eventos isolados, mas está profundamente relacionado a contextos relacionais e sociais que exigem adaptação emocional precoce. Segundo o autor, quando necessidades afetivas fundamentais não são atendidas, o sujeito tende a desenvolver estratégias de adaptação que implicam a supressão de aspectos do self, favorecendo a internalização de padrões de sofrimento que podem se perpetuar ao longo das gerações (GABOR, 2022).

## **2.2 FATORES PSICOLÓGICOS NA REPETIÇÃO DE VÍNCULOS VIOLENTOS**

A repetição de vínculos violentos nas relações afetivas pode ser compreendida como resultado de múltiplos fatores psicológicos, que se articulam a partir das experiências precoces, especialmente aquelas vivenciadas no âmbito das relações primárias de cuidado, e de sua inserção em contextos socioculturais específicos. Nesse sentido, a violência conjugal não deve ser analisada como um

fenômeno isolado, mas como expressão de dinâmicas psíquicas e relacionais mais amplas, que se constituem ao longo do desenvolvimento do sujeito. Nesse contexto, foi promulgada, em 2006, a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que estabelece mecanismos jurídicos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006). A legislação reconhece diferentes formas de violência, ampliando a compreensão do fenômeno para além das agressões físicas.

Assim, a violência física é definida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal, enquanto a violência moral refere-se a atos de calúnia, injúria ou difamação. Outras formas de violência são descritas de maneira mais detalhada, conferindo maior visibilidade a práticas frequentemente naturalizadas no contexto doméstico. A violência psicológica envolve condutas que causam danos emocionais, prejuízo à autoestima ou comprometimento do desenvolvimento, incluindo controle, ameaça, constrangimento e humilhação.

A violência sexual abrange não apenas a coerção para práticas sexuais não consentidas, mas também a restrição dos direitos sexuais e reprodutivos. Por sua vez, a violência patrimonial refere-se à retenção, subtração ou destruição de bens, valores e documentos. Além dessas formas, foi incluída pela Lei nº 15.384, de 2026, a violência vicária, entendida como qualquer forma de violência praticada contra descendente, ascendente, dependente, enteado, parente, pessoa sob guarda ou responsabilidade direta da mulher ou integrante de sua rede de apoio, com o objetivo de atingi-la emocionalmente (BRASIL, 2006).

No âmbito da evolução normativa brasileira, destaca-se ainda a tipificação do feminicídio pela Lei nº 13.104/2015, que introduziu essa condição como circunstância qualificadora do crime de homicídio no Art. 121 do Código Penal, reconhecendo a especificidade das mortes de mulheres em razão do gênero. Posteriormente, a Lei nº 14.994/2024 promoveu alteração relevante ao instituir o feminicídio como crime autônomo, com previsão de maior gravidade punitiva no ordenamento penal brasileiro. Essa evolução legislativa reforça o reconhecimento da violência contra a mulher como fenômeno estrutural, assim, torna-se possível compreender a complexidade das manifestações da violência nas relações afetivas.

Sob o ponto de vista sociocultural, a violência conjugal está associada a estruturas históricas de desigualdade de gênero, marcadas por valores patriarcais que sustentam relações assimétricas de poder entre homens e mulheres. Tais padrões são frequentemente reproduzidos no contexto familiar por meio de papéis e expectativas socialmente construídos, contribuindo para a naturalização da violência como forma de regulação dos conflitos (NARVAZ, 2002; SANT'ANNA; PENSO, 2016). Dessa forma, a violência não se restringe à esfera privada, mas reflete dinâmicas sociais mais amplas.

No plano psicológico, diferentes fatores contribuem para a repetição de vínculos violentos. Entre eles, destacam-se os padrões de apego desenvolvidos na infância, que influenciam a forma como o indivíduo estabelece relações na vida

adulta. Experiências marcadas por insegurança, negligência ou violência tendem a comprometer a construção de vínculos seguros, favorecendo a repetição de relações disfuncionais (BOWLBY, 1989). Além disso, a aprendizagem social desempenha papel relevante, uma vez que comportamentos violentos podem ser internalizados por meio da observação e reproduzidos posteriormente como estratégias de interação (CARDOSO; BAPTISTA, 2020).

A transmissão de mitos e legados familiares também contribui para a manutenção desses padrões. Valores, crenças e formas de lidar com conflitos são transmitidos entre gerações, podendo reforçar a naturalização da violência nas relações afetivas (FALCKE; WAGNER, 2005). Nesse contexto, a violência pode ser internalizada como elemento organizador das dinâmicas familiares, dificultando sua problematização e ruptura.

Nesse sentido, em Totem e Tabu (1913), Freud afirma que nenhuma geração é capaz de ocultar integralmente seus processos psíquicos das gerações subsequentes, uma vez que existem mecanismos inconscientes que possibilitam a apreensão e a transmissão desses conteúdos. Tal perspectiva reforça a ideia de que experiências não elaboradas tendem a atravessar gerações, influenciando modos de sentir e de se relacionar.

Tal dinâmica manifesta-se especialmente nas relações afetivas, a escolha de parceiros não ocorre de maneira aleatória, estando profundamente relacionada a conteúdos inconscientes e experiências psíquicas anteriores. Conforme Freud (1920/1996), a compulsão à repetição expressa a tendência do sujeito a reviver situações não elaboradas. De forma complementar, estudos indicam que vínculos amorosos podem funcionar como espaço de reatualização de experiências passadas, nas quais o indivíduo busca, ainda que de forma inconsciente, tanto a resolução quanto a manutenção de conflitos psíquicos (HERMAN, 1992; VAN DER KOLK, 2014).

Outro aspecto relevante refere-se ao chamado ciclo da violência, descrito por Walker (1979), caracterizado por fases de tensão, agressão e reconciliação. Esse padrão contribui para a manutenção da relação, uma vez que os momentos de aparente afeto reforçam a esperança de mudança, dificultando o rompimento do vínculo. Dessa forma, a repetição de vínculos violentos deve ser compreendida como um fenômeno multifatorial, resultante da interação entre experiências precoces, conteúdos inconscientes, padrões familiares e influências socioculturais. A análise integrada desses elementos permite compreender a complexidade do fenômeno e fornece subsídios para o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais eficazes.

## 2.3 IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL FEMININA

A vivência de relações violentas produz impactos significativos na saúde mental das mulheres, especialmente quando associada a experiências traumáticas não elaboradas. Nessas condições, o trauma tende a não ser simbolizado

adequadamente, permanecendo ativo no psiquismo e manifestando-se por meio de sintomas e padrões comportamentais recorrentes que interferem na organização da vida emocional e relacional.

Durante experiências traumáticas, a capacidade de processamento cognitivo pode ser comprometida, dificultando a integração da vivência à memória de forma coerente. Como consequência, os registros do trauma não são plenamente elaborados, permanecendo fragmentados e organizados de maneira dissociada, sob a forma de imagens, sensações corporais e elementos verbais dispersos. Esses conteúdos podem ser reativados por estímulos associados à experiência original, desencadeando a reatualização do evento traumático no cotidiano. Nesses momentos, o sujeito tende a responder de forma automática, mobilizando reações emocionais e comportamentais que reproduzem, de maneira inconsciente, padrões vinculados ao trauma, contribuindo para a manutenção do sofrimento psíquico.

A partir dessa compreensão, Freud (1920/1996) identificou a tendência do psiquismo a reiterar experiências não elaboradas, fenômeno que denominou compulsão à repetição. Segundo essa perspectiva, o sujeito pode reviver, de forma inconsciente, situações traumáticas relacionadas a conteúdos que não puderam ser simbolizados. Esse mecanismo pode contribuir para a perpetuação de padrões de sofrimento, inclusive no âmbito familiar, favorecendo a repetição de experiências traumáticas ao longo das gerações. De modo convergente, Jung (1964) sustenta que conteúdos inconscientes não desaparecem, mas continuam a influenciar a vida psíquica, manifestando-se em padrões recorrentes que orientam a experiência subjetiva. Para o autor, aquilo que não é tornado consciente tende a ser vivenciado como destino, evidenciando a permanência ativa de conteúdos não elaborados no funcionamento psíquico.

Avanços recentes nos campos da biologia celular, da neurobiologia, da epigenética e da psicologia do desenvolvimento têm ampliado a compreensão desses processos, ao evidenciar que experiências traumáticas podem produzir alterações no funcionamento cerebral, especialmente em áreas relacionadas à regulação emocional e à linguagem, dificultando a elaboração simbólica das vivências (VAN DER KOLK, 2014). Além disso, estudos apontam que tais experiências podem gerar modificações hormonais e epigenéticas, contribuindo para a transmissão intergeracional de vulnerabilidades psíquicas (YEHUDA et al., 2016). Esses achados reforçam a necessidade de compreender o trauma como um fenômeno complexo, que articula dimensões psíquicas e biológicas e pode produzir efeitos duradouros ao longo das gerações.

Embora fundamentadas em referenciais epistemológicos distintos, as contribuições da psicanálise, da neurobiologia e da epigenética estabelecem diálogos complementares na compreensão da transmissão e dos efeitos do trauma. Nesse contexto, a dificuldade de elaboração do trauma pode favorecer a manutenção de padrões relacionais nocivos, expressos, entre outros aspectos, na repetição de vínculos violentos. A naturalização dessas experiências,

frequentemente associada a fatores culturais e sociais, contribui para a perpetuação do sofrimento e dificulta a ruptura desses ciclos.

Dessa forma, a análise dos impactos da violência na saúde mental feminina exige uma abordagem integrada, que considere a articulação entre processos intrapsíquicos, dinâmicas relacionais e influências socioculturais. Tal perspectiva é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de intervenção que favoreçam a elaboração do trauma e a construção de formas de vínculo mais saudáveis.

### **3. METODOLOGIA**

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar criticamente a produção científica sobre trauma transgeracional, repetição de vínculos violentos e saúde mental feminina.

Foram realizadas buscas nas bases de dados SciELO, PePSIC, PubMed e Google Scholar, utilizando os descritores trauma transgeracional, violência contra a mulher, saúde mental feminina, violência conjugal, transmissão psíquica e seus correspondentes em inglês. Foram selecionadas produções publicadas entre os anos de 2000 e 2025, priorizando artigos científicos, livros e capítulos com relevância teórica e empírica para o tema. Os critérios de inclusão contemplaram estudos relacionados à violência contra a mulher, trauma psíquico e transmissão geracional.

A análise foi realizada a partir de uma leitura analítica e interpretativa da literatura, permitindo a identificação de categorias temáticas, convergências teóricas e lacunas existentes, conforme discutido por Gil (2008) e Minayo (2014).

### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise da literatura evidencia que o trauma transgeracional constitui um elemento central na compreensão da repetição de vínculos violentos, operando por meio de conteúdos psíquicos não simbolizados que atravessam gerações. Esses conteúdos manifestam-se em padrões relacionais disfuncionais e na perpetuação de ciclos de sofrimento.

A contribuição contemporânea amplia essa compreensão ao situar o trauma também como produto de contextos sociais que favorecem a adaptação a condições adversas. Experiências de sofrimento emocional podem ser naturalizadas ao longo do desenvolvimento, o que contribui para a internalização de padrões relacionais marcados pela violência (GABOR, 2022).

Os achados indicam que a repetição de vínculos violentos resulta da interação entre fatores intrapsíquicos e socioculturais. Padrões de apego inseguros, processos identificatórios e modelos familiares internalizados articulam-se com estruturas sociais desiguais, reforçando a manutenção dessas relações.

No campo da saúde mental, observa-se associação consistente entre experiências de violência e sofrimento psíquico persistente, incluindo ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático. A dificuldade de elaboração do trauma contribui para a manutenção desses quadros, uma vez que conteúdos não simbolizados podem continuar produzindo efeitos no funcionamento psíquico.

Além disso, evidências contemporâneas sugerem que experiências traumáticas podem produzir efeitos duradouros também no nível biológico, reforçando a hipótese de transmissão intergeracional. Além disso, evidências contemporâneas sugerem que experiências traumáticas podem produzir efeitos duradouros também no nível biológico, reforçando a hipótese de transmissão intergeracional. Esses dados ampliam a compreensão do fenômeno ao integrar dimensões psíquicas e corporais.

Dessa forma, embora a noção de transmissão transgeracional contribua para a compreensão da repetição de vínculos violentos, é importante evitar interpretações deterministas que reduzam o fenômeno exclusivamente à herança psíquica familiar. Aspectos sociais, culturais e econômicos também exercem influência significativa na manutenção da violência contra a mulher.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo analisou as relações entre trauma transgeracional, repetição de vínculos violentos e seus efeitos na saúde mental de mulheres. Os resultados sugerem que a ausência de elaboração psíquica de experiências traumáticas pode impactar a constituição subjetiva, favorecendo a reprodução transgeracional de padrões relacionais nocivos e a perpetuação de dinâmicas de sofrimento.

A compreensão do trauma como fenômeno que envolve dimensões psíquicas, relacionais e socioculturais possibilita ampliar o entendimento da violência nas relações afetivas, superando perspectivas exclusivamente individuais. Nesse sentido, evidencia-se a importância de intervenções que considerem a história familiar, os processos identificatórios e os contextos sociais nos quais os sujeitos estão inseridos.

Além disso, a fala, a escrita e a escuta clínica assumem papel fundamental no processo terapêutico, uma vez que favorecem a transformação das experiências traumáticas em narrativa e simbolização. Ao atribuir sentido ao que permaneceu silenciado, o sujeito pode construir novas significações sobre sua própria história, rompendo padrões repetitivos e possibilitando movimentos de ressignificação subjetiva. Dessa forma, a elaboração psíquica do trauma constitui elemento

essencial para a ruptura dos ciclos de violência e para a construção de formas mais saudáveis de relação consigo e com o outro.

Como limitação, destaca-se o caráter exclusivamente bibliográfico da pesquisa, sem realização de investigação empírica ou estudo de campo, o que restringe a análise à produção teórica disponível na literatura.

Por fim, ressalta-se a necessidade de fortalecimento de políticas públicas e práticas clínicas voltadas à promoção de espaços de escuta, acolhimento e elaboração subjetiva das experiências traumáticas. Faz-se necessário um olhar humanizado para a singularidade de cada trajetória, contribuindo para o fortalecimento da autonomia feminina, para a construção de relações mais saudáveis e para a redução da violência de gênero. Sugere-se que pesquisas futuras realizem estudos clínicos, qualitativos e interdisciplinares que possibilitem aprofundar a compreensão dos impactos do trauma transgeracional na constituição subjetiva e nas relações afetivas contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Nicolas; TOROK, Maria. **A casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta, 1995.

ALMEIDA, P.; MAGALHÃES, T.; FÉRES-CARNEIRO, T. **Transmissão intergeracional da violência: padrões familiares e suas consequências**. *Psicologia em Estudo*, v. 19, n. 3, p. 345-356, 2014.

ALVARENGA, Maria Zélia de. **As sete dinâmicas de consciência**. *Junguiana*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 7-22, 2018.

Amorim, P. M. (2023). **A recusa da vagina: o feminismo e a feminilidade na psicanálise**. Artes & Ecos.

BOWLBY, John. **Apego e perda**. Nova York: Basic Books, 1989.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006**.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm#art121%C2%A72vj](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm#art121%C2%A72vj). Acesso em: 16 abr. 2026.

CARDOSO, A.; BAPTISTA, F. **A aprendizagem social e a reprodução da violência doméstica**. Psicologia em Revista, v. 26, n. 2, p. 45-60, 2020.

COELHO, Thomaz. Femicídios crescem 4,7% em 2025; pequenas cidades têm maiores taxas. **CNN Brasil, São Paulo, 4 mar. 2026**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/femicidios-crescem-47-em-2025-pequenas-cidades-tem-maiores-taxas/>. Acesso em: 16 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Como denunciar**. Brasília, DF: CNJ, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contra-a-mulher/como-denunciar/>. Acesso em: 16 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Painel Violência contra a Mulher**. Brasília, DF: CNJ, 31 dez. 2025. Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-violencia-contra-mulher/>. Acesso em: 16 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Painel Violência contra a Mulher**. Brasília, DF: CNJ, 31 mar. 2026. Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-violencia-contra-mulher/>. Acesso em: 16 abr. 2026.

CORREA, Olga Ruiz. **Transmissão psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Estrutura e constituição da clínica psicanalítica**. São Paulo: Annablume, 2006.

EIGUER, Alberto. **A transmissão do psiquismo entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

FAIMBERG, Haydée. **A telescopagem das gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FALCKE, Denise; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Violência e relações familiares**. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 1, p. 42-51, 2011.

Ferenczi, Sándor. (1990). **Diário clínico Martins Fontes**. (Trabalho original publicado em 1932).

Ferenczi, Sándor. (2011). **Ontogênese do símbolo**. In S. Ferenczi, *Obras completas* (Vol. 2, pp. 115-118). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1913).

Ferenczi, Sándor. (2011). **Reflexões sobre o trauma**. In S. Ferenczi, *Obras completas* (Vol. 4, pp. 126-135). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934).

FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer**. In: \_\_\_\_\_. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**. In: \_\_\_\_\_. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HERMAN, Judith. **Trauma e recuperação**. Nova York: Basic Books, 1992.

INGLEZ-MAZZARELLA, Tatiana. **Transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

KAËS, René. **Os dispositivos psicanalíticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

KAËS, René. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

KUPFERBERG, Sílvia. **Transmissão psíquica e constituição do sujeito**. São Paulo: Escuta, 2004.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

MATÉ, Gabor. **O mito do normal: trauma, saúde e cura em um mundo doente**. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

MORGADO, L. **Dinâmicas afetivas em relações conjugais violentas**. *Psicologia em Estudo*, v. 16, n. 2, p. 255-264, 2011.

NARVAZ, M. **Violência conjugal e gênero**. *Psicologia & Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 55-64, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em:

[https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/5-genero\\_web.pdf](https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/5-genero_web.pdf). Acesso em: 13 abr. 2026.

SILVA, Maria Cecília Pereira da. **A herança psíquica na clínica psicanalítica**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Blucher, 2023.

Schneider, M. (1993). **Trauma e filiação em Freud e Ferenczi**. Revista Percurso, 10(1), 31-39.

VAN DER KOLK, Bessel. **O corpo guarda a marca**. Nova York: Viking, 2014.

WALKER, Lenore. **A mulher agredida**. Nova York: Harper & Row, 1979.

WOLYNN, Mark. **Não começou com você**. Nova York: Penguin Random House, 2016.

YEHUDA, Rachel et al. **Efeitos intergeracionais induzidos pela exposição ao Holocausto**. Biological Psychiatry, v. 80, n. 5, p. 372-380, 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). **Crime de violência psicológica contra a mulher**. Brasília, DF, 2025.

Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/TJDFT>. Acesso em: 23 maio 2026.